

Sacramento da Ordem

Deus não nos criou isoladamente, mas para formarmos uma família, o seu povo. Assim estabeleceu e congregou a todos os que crêem em Cristo e fundou sua Igreja como comunidade de irmãos, uma comunidade de serviço e de missão, a fim de que anunciasse a todos os povos as maravilhas de Deus, em Cristo e na força do Espírito.

Para cumprir a vontade do Pai, Cristo inaugurou, na terra, o Reino de Deus; *a Igreja é uma expressão desse reino*. Pelo poder redentor da paixão e morte na cruz e pela presença do Espírito, o reino cresce visível e invisivelmente no mundo.

O batismo constitui o vínculo de união da Igreja. Por este sacramento recebemos o Espírito Santo, nos tornamos o templo vivo do Senhor (cf. 1Cor 3,16), formamos a sua Igreja. O Espírito Santo foi enviado em Pentecostes para unir e santificar os que se aproximam do Pai mediante o Filho (cf. Ef 2,18). Neles ora e dá testemunho de sua filiação adotiva (cf. Gl 4,6) e conduz a Igreja à verdade plena. O Espírito promove a comunhão dos fiéis, distribuindo entre eles seus dons e carismas conforme lhe apraz, enriquecendo o Povo de Deus com a variedade de suas graças, mantendo-o em perfeita comunhão.

Esta Igreja, plena do Espírito Santo, é formada pelos seguidores de Jesus Cristo que pelo batismo foram incorporados nele e por isto continuam sua missão no mundo. Durante sua vida entre nós, Jesus se colocou como servo. “Eu vim para servir e não para ser servido” (Mc 10,45). Portanto, formamos um povo de servidores. Impulsionada pelo Espírito, a Igreja faz seu o ministério de Cristo servidor.

A Igreja inteira é chamada ao serviço da vontade do Pai. No Cristo servidor, ela deve viver não para sua própria glória, para seus interesses, mas para a glória e os interesses daquele que a enviou, Jesus Cristo. No esforço de tornar-se sempre mais uma comunhão de vida, a Igreja coloca-se a serviço da plena realização da história da salvação; não constitui uma sociedade fechada sobre si mesma, mas sente-se aberta para o Pai e para a humanidade a serviço da comunhão. A Igreja não pode anunciar o Evangelho do mesmo modo como se ensina uma doutrina, por bela que seja; ela o propaga, abraçando a mesma atitude de Cristo servidor, mostrando aos seres humanos que os ama verdadeiramente, quando lhes anuncia o Evangelho da salvação.

Desta forma, podemos compreender que na Igreja os serviços que ela presta ao mundo se organizem em ministérios e não devem ser compreendidos como prestígio ou demonstração de poder opressor. Estes serviços são de toda espécie: anúncio da Palavra, celebração dos gestos

salvíficos como também a ação social da caridade. Dentre os inúmeros *ministérios* presentes na Igreja, existem aqueles chamados *ordenados*, resultantes do conferimento do sacramento da Ordem.

Único sacerdote

A *Carta aos Hebreus* aplica a Cristo o título de “Sumo e eterno Sacerdote”. Mesmo que em seu tempo fosse tido como profeta, Jesus também é sacerdote porque, na condição de Filho de Deus, se compadece e compartilha as limitações humanas. Por isso está perfeitamente *solidário* com a humanidade e totalmente *consagrado* à vontade de Deus. Com os seus braços abertos na cruz, ligou o céu a terra, uniu em si mesmo a humanidade com a divindade. *Jesus exerce o seu sacerdócio em favor do seu corpo; isto é, oferece a sua vida em favor da humanidade.*

Cristo, em sua vida, sobretudo em sua morte e ressurreição, uma vez para sempre realizou a reconciliação da humanidade com Deus, manifestou o amor insondável de Deus e reuniu os filhos dispersos (cf. Hb 9,12-26; 10,10; 1Pd 3,18). O sacerdócio-mediação de Cristo não admite complementos, nem suplências e nem sucessores. Cristo é sacerdote para sempre (cf. Hb 6,20; 10,14). É o único sacerdote da nova aliança.

O exercício de vencer o pecado, o mal, o egoísmo, é proposto como missão ou projeto de vida para aquele que foi associado a seu corpo. Somos convocados a viver sua Páscoa em nós e, assim, amar servindo, como ele o fez no lava-pés. O cristão traz no próprio corpo as marcas da morte de Cristo (cf. Gl 2,19-20; 6,17; 2Cor 4,10-12), isto é, assume a mesma dinâmica que levou Cristo da morte à vitória sobre o tentador deste mundo. Por isso, revivemos os mistérios de sua vida, assemelhando-nos a ele, morrendo com ele e ressuscitando, até chegarmos a reinar com ele (cf. Fl 3,21; 2Tm 2,11; Ef 2,6; Cl 2,12).

A unção recebida no batismo associa o fiel ao sacerdócio de Cristo, o capacita para oferecer a própria vida como hóstia santa, é o chamado “sacerdócio dos fiéis”. Os cristãos estão verdadeiramente revestidos de uma dignidade sacerdotal, fruto de sua incorporação a Jesus Cristo. Por isto, são capazes de prestar a Deus um culto autêntico, que consiste na transformação de sua existência pela caridade divina. Este é o caráter conferido a todo batizado, o chamado: sacerdócio dos fiéis. Aqui está a fonte de todos os ministérios. “Por meio de Jesus, ofereçamos a Deus um perene *sacrifício* de louvor, isto é, o fruto dos lábios que celebram o seu nome. Não vos esqueçais da prática do bem e da partilha, pois estes são os *sacrifícios* que agradam a Deus.” (Hb 13,15-16)

O sacerdócio dos fiéis está intimamente relacionado com o sacerdócio ministerial, ou hierárquico, embora se diferenciem na essência e não apenas em grau. Ambos participam, cada um

a seu modo, do único sacerdócio de Cristo. Enquanto o sacerdócio comum dos fiéis se realiza no desenvolvimento da graça batismal, na vida de fé, de esperança e de caridade, segundo o Espírito, o sacerdócio ministerial ou ordenado está a serviço do sacerdócio comum, referindo-se ao desenvolvimento da graça do batismo de todos os cristãos.

Desde as origens e por vontade de Jesus, existem na Igreja ministérios, aos quais se atribuem prerrogativas que derivam da missão do serviço e da condição pessoal do mesmo Jesus Cristo. Essa relação é, por vezes, chamada de *participação*, sem, contudo, diminuir em nada a absoluta unicidade e transcendência da função mediadora de Cristo (cf. *Lumen gentium*, n. 10; *Presbyterorum ordinis*, n. 2).

Por isso a tradição patrística da Igreja preferiu uma linguagem mais simbólica: os ministros da Igreja são *sinais, símbolos, imagens* de Cristo sacerdote, profeta e rei. Assim se estabelece a linguagem da representação. Os ministros da Igreja, sobretudo na presidência da eucaristia, ocupam *o lugar de Cristo, repetem suas palavras e seus gestos*. A comunidade os vê como *ícones de Cristo*. Aliás, o próprio Jesus Cristo afirmou: “Quem vos recebe é a mim que recebe. E quem me recebe também recebe aquele que me enviou” (cf. Mt 10,40). Os ministros, de certa forma, personificam Cristo.

A presença de Cristo em seus ministros é uma presença sacramental, portanto real. Através das palavras e das ações de seu ministro, quem age, na realidade, é Cristo. O ministro empresta-lhe seus lábios e suas mãos.

Cristo está presente no ministro ordenado que preside a eucaristia, que faz as vezes de Cristo e o visibiliza como cabeça da mesma comunidade. O presidente tem o ministério de fazer-se ver Cristo Jesus, que é o autêntico presidente, mestre e sacerdote da comunidade. Atua na pessoa de Cristo, pois, na Igreja, Cristo batiza, lê as Escrituras e concede a graça do sacramento. A presença de Cristo no ministro não o exime de falhas e erros pessoais. A força do Espírito Santo não garante, por si só, a santidade dos ministros.

O Espírito Santo é quem escolhe os candidatos para o ministério, quem os ordena, isto é, quem lhes confere a graça e o poder sagrado de que necessitam para desempenhar sua missão. O Espírito é o agente principal da ordenação. O dom ou carisma que é concedido na ordenação e o conferimento dos ministérios leigos capacita o escolhido para o exercício do seu ministério, segundo a tríplice missão de ensinar, santificar e servir.

Fundamentos bíblicos

Jesus é o enviado do Pai. Desde o início de seu ministério chamou a si os que quis, e dentre eles escolheu doze para estarem com ele e para enviá-los a pregar (Mc 3,13-14). A partir daquela hora eles serão os seus enviados (é o que significa a palavra grega apóstolo). Neles continua a sua própria missão: “Como o Pai me enviou, eu também vos envio” (Jo 20,21). Seu ministério é, portanto, a continuação de sua própria missão: “Quem vos recebe a mim recebe”, diz ele aos doze (Mt 10,40) (Catecismo da Igreja Católica, n. 858).

Jesus escolheu os que ele quis e os enviou a pregar o Reino de Deus (cf. Mc 3,13-19). Os apóstolos constituíram um grupo estável, um colégio, tendo à frente Pedro. Constituídos e consagrados por Cristo histórico, ele os enviou aos filhos de Israel primeiramente; posteriormente, a todos os povos. Guiados pelo Senhor, eles receberam a missão de apascentar o seu rebanho. Desse modo, os apóstolos tornam-se testemunhas qualificadas de Cristo ressuscitado (cf. At 1,3.8.21-22). Foi a eles que o Ressuscitado delegou seu poder messiânico.

Desde então, existe na Igreja, desde as suas origens, uma grande variedade de serviços, funções e tarefas, que recebem o nome de ministérios; possuem tal importância na vida da Igreja que ela será aquilo que os ministérios representam. Tal diversidade constitui dom de Deus oferecido providencialmente para o bem e a edificação da própria Igreja. Sob o impulso do Espírito Santo, as comunidades mostram-se criativas na organização dos ministérios, a partir das necessidades locais.

O primeiro exemplo de um ministério instituído pelos apóstolos encontramos em At 6,1-6, onde, levados pelas novas exigências da comunidade e, possivelmente, inspirados no exemplo de Moisés (cf. Ex 18,13-26), escolhem sete homens cheios de sabedoria e do Espírito. Embora Lucas dê aos sete o nome genérico de *ministros*, a tradição da Igreja, desde Irineu, vê neles os primeiros diáconos.

Na Igreja de Jerusalém, surgem também os anciãos (*presbyteroi*), sem citar como foram instituídos (cf. At 11,30). Estão ao lado dos apóstolos nas grandes decisões (cf. At 15,2; 6.22.23).

Na Igreja de Antioquia, Lucas menciona a presença de profetas e de mestres, dentre os quais Barnabé e Saulo (cf. At 13,1-2). Estes, após terem recebido um mandato especial e a imposição das mãos (cf. At 13,2-3), são verdadeiramente chamados de apóstolos (cf. At 14,4-14). Em Antioquia, não são citados presbíteros; Paulo e Barnabé, no entanto, os constituem, impondo as mãos. Em Éfeso, existem presbíteros (cf. At 20,17).

O Sacramento da Ordem

“Compõe-se de três graus, que são insubstituíveis para a estrutura orgânica da Igreja: o episcopado, o presbiterado e o diaconato.”¹

¹ Compêndio do Catecismo da Igreja Católica, n. 325.

“Esse sacramento dá uma especial efusão do Espírito Santo, que configura o ordenado a Cristo na sua tríplice função de Sacerdote, Profeta e Rei, segundo os respectivos graus do sacramento. A ordenação confere um caráter indelével: por isso não pode ser repetida nem conferida por um tempo limitado.”² Este caráter configura o ordenado ao Cristo sacerdote e habilita o ministro a realizar atos que são consumados pelo próprio Cristo.

“Para cada um dos três graus, o sacramento da Ordem é conferido mediante a *imposição das mãos* sobre a cabeça do ordenando por parte do bispo, que pronuncia a solene *oração consagrada*. Com ela o Bispo invoca de Deus para o ordenando a especial efusão do Espírito Santo e dos seus dons, em vista do ministério.”³

Outro gesto emblemático que antecede imediatamente a imposição de mãos é o canto da ladainha dos santos, durante a qual o ordenando permanece prostrado, isto é, deitado no chão. Pedese o auxílio dos membros da Igreja gloriosa para aquele que se sente frágil e indigno da missão que lhe será conferida.

Configurar-se a Cristo Bom Pastor

“Os ministros ordenados vivem o seu ministério espelhando-se na vida e na missão de Jesus Cristo, o Bom Pastor. Na comunidade cristã, os ministros ordenados atualizam aquilo que Cristo fez com os seus. E o que ele fez? Basta olharmos as Sagradas Escrituras, principalmente, os evangelhos, e aí veremos Jesus em ação. Pois os ministros ordenados são chamados para fazerem, hoje, aquilo que Cristo fez ontem. Assumem a mesma missão do Mestre. Por isso, atualizam-no em nossa história. Assim como Cristo curou, andou com os pobres, denunciou o antirreino e anunciou o Reino, hoje, os ministros ordenados recebem essa mesma missão.

O Cristo Bom Pastor é o modelo para todos os ordenados. E os evangelhos nos mostram o quanto Jesus foi bom para com todos, atraindo multidões ao seu redor, porque falava e agia com a autoridade que vinha de Deus. Como o Bom Pastor, Jesus cuidou com ternura de todos aqueles que o Pai lhe confiou. E para ele isso não foi ocasião para sentir-se “mais” que os outros; ao contrário, frente aos seus, assumiu o papel de servo, de escravo, lavando os pés dos seus discípulos. E amou-os até o fim. Porque amou como Deus, passou pela cruz, vencendo-a, mostrando que o amor vence a morte, que a vida é mais forte que as forças do mal.

² Idem, n. 335.

³ Idem, n. 331.

É olhando para esse Cristo Bom Pastor, que passa pela paixão, morte e ressurreição, em nome do Reino, que os ministros ordenados fazem do seu ministério a continuação da missão de Cristo”.⁴

Núcleo de Catequese Paulinas

(Texto escrito a partir da obra: GOEDERT, Valter Mauricio. *Ordem e ministérios*. São Paulo, Paulinas, 2006.)

Livros indicados: GOEDERT, Valter Mauricio. *Ordem e ministérios*. São Paulo, Paulinas, 2006.

DERETTI, Edson Adolfo. *Ide, fazei discípulos meus!* São Paulo, Paulinas, 2010.

MESTERS, Carlos. *Vai! Eu estou contigo!* São Paulo, Paulinas, 2010.

⁴ Seção extraída da obra: DERETTI, Edson Adolfo. *Ide, fazei discípulos meus!* São Paulo, Paulinas, 2010, p.74.